

## Nota da Edição

É com satisfação que apresento o segundo número do volume 17 da Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC). Esta edição conta com oito artigos de autores nacionais e com seis pronunciamentos escolhidos da PGBC. Conta, igualmente, com uma contribuição especial.

Luiz Carlos Sturzenegger, que, durante a década de 1980 e 1990, esteve à frente do Departamento Jurídico do Banco Central do Brasil (BC), aborda, sob a forma de relato pessoal e artigo jurídico, a implementação dos planos econômicos voltados à contenção da inflação no país no período. Trata-se de um depoimento singular, no qual o autor agrega à sua reconhecida qualificação técnica elementos de uma singular trajetória profissional, narrando, em primeira pessoa, o envolvimento direto com a elaboração e defesa jurídica dos planos econômicos. Essa contribuição insere-se na comemoração de três décadas da bem-sucedida implementação do Plano Real.

Abrindo a parte dos artigos jurídicos, o primeiro artigo desta edição da Revista, intitulado *Os Aspectos Regulatórios da Tributação sobre Transações Digitais de Criptoativos*, escrito por Anna Cecília Moreira Cabral, analisa o tratamento tributário das transações digitais de criptomoedas na proposta de reforma tributária recentemente apresentada no Brasil, avaliando-o a partir de critérios de eficiência e equidade, e sob a perspectiva adotada por Thomas Piketty em suas reflexões sobre a teoria econômica.

No artigo seguinte, intitulado *Tokens são Valores Mobiliários? Esforço do empreendedor pretérito à emissão*, Péricles Pereira Pinto e Daniel Rodrigues Costa examinam, em situações nas quais o esforço do empreendedor for pretérito à emissão dos *tokens*, se estes podem ser caracterizados como valores mobiliários para fins de atração da competência regulatória e fiscalizatória da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A seguir, Alexandre Ribeiro da Silva e Leandra Cristina Braga de Carvalho analisam o mercado de crédito brasileiro para explicar os objetivos e as propostas contidos no Projeto de Lei 4.188/2021, no artigo *Estudo sobre o Projeto de Lei 4.188/2021 no Mercado de Crédito Brasileiro*.

Sandro Lúcio Dezan, Felipe Aires Ricardo e Ricarlos Vitoriano Cunha realizam, no artigo subsequente, intitulado *Os Fundamentos da Necessidade de um Amplo Controle Judicial das Sanções Disciplinares Aplicadas aos Servidores Públicos Federais*, um exame da extensão do controle judicial das sanções disciplinares aplicadas aos servidores públicos federais.

Ainda no campo do Direito Administrativo, Ivon Jorge da Silva, Sandro Lúcio Dezan e Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha escrevem a seguir sobre o *Direito Fundamental a um Processo Administrativo Justo*. Mantendo-se nessa área do direito, Sergio Torres Teixeira e Pedro Franklin Teixeira fazem um estudo sobre a *Competência do Mandado de Segurança contra Ato de Autoridade Federal*.

A proteção do consumidor de produtos e serviços financeiros é analisada por Davi Diniz sob a perspectiva do direito comparado no artigo *Da Proteção do Consumidor de Produtos e Serviços Financeiros: a criação do Consumer Financial Protection Bureau nos EUA*.

Finalizando a seção de artigos desta edição da Revista, David Lazzaretti Vieira e Adalberto Narciso Hommerding abordam as práticas ecojurídicas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no artigo *A Sustentabilidade Ambiental, o Direito e a Extrafiscalidade Tributária do Estado Brasileiro: as Práticas Ecojurídicas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional*.

Abrindo a seção de pronunciamentos da PGBC, o Parecer Jurídico 841/2023-BCB/PGBC, de 23 de agosto de 2023, examina as repercussões de natureza prudencial da Medida Provisória 1.176, de 5 de junho de 2023, que instituiu o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil.

O Parecer Jurídico 1232/2023-BCB/PGBC, de 30 de outubro de 2023, aborda o enquadramento dos certificados de recebíveis, quando não ofertados publicamente, como ativos financeiros submetidos a registro em entidades registradoras autorizadas pelo BC.

O Parecer Jurídico 1.440/2023-BCB/PGBC, de 19 de dezembro de 2023, analisa a possibilidade de instituição bancária autorizada a operar no mercado de câmbio abrir e manter conta em moeda estrangeira que tenha como titular outra instituição bancária autorizada a operar no mercado de câmbio.

O Parecer Jurídico 1.458/2023-BCB/PGBC, de 22 de dezembro de 2023, examina a compatibilidade, sob a perspectiva jurídica, do modelo vislumbrado para o arranjo de liquidação da Plataforma Drex com a legislação vigente no país, analisando, igualmente, a abrangência do mandato legalmente conferido ao Banco Central do Brasil para a emissão de moeda digital de banco central (*central bank digital currency*).

O Parecer Jurídico 1.502/2023-BCB/PGBC, de 29 de dezembro de 2023, aborda a controvérsia relativa à divergência de metodologias de cálculo adotadas pelo BC e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras quanto ao regime de parcelamento ordinário sob a égide da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002.

Encerrando, por fim, a seção de pronunciamentos desta edição da Revista, a Petição 6.662/2023-BCB/PGBC, de 22 de setembro de 2023, veicula a manifestação oferecida pelo BC ao Supremo Tribunal Federal na Reclamação 61.944/PA, para garantia da autoridade da decisão proferida no RE 1.055.941/SP (Tema 990 da Repercussão Geral). A manifestação sustenta a constitucionalidade do compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da Unidade de Inteligência Financeira e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios.

Que tenham todos uma boa leitura!

Guilherme Centenaro Hellwig  
Editor-Chefe